

HISTÓRIA E LITERATURA: A QUESTÃO DAS CLASSES SOCIAIS

Lúcia Santaella

Prof^ª do Programa de Pós-Comunicação e Semiótica. PUC/SP.

Falar sobre história e literatura para professores e alunos de história, quando não se é especialista em história, é tarefa que, na melhor das hipóteses, provoca apreensão. O que dizer que não seja banalidade e como ter consciência dos limites da própria ingenuidade?¹ Para evitar o constrangimento que, sem dúvida, sinto, poderia me refugiar no casulo de minha própria especialidade (se é que eu possa assim chamar) e fazer a balança pesar para o lado da literatura. Não é isso, contudo, o que aqui me trouxe.

Há já alguns anos, tem estado no centro de minhas preocupações o problema da compartimentação empobrecedora a que ficaram reduzidas as ciências do homem, assim como tem estado no coração de minhas atividades a tentativa ou esforço de vazar fronteiras, rumo ao exercício da escuta e do diálogo para que não permaneçamos enterrados em nosso gheto privado, cegos e surdos ao que dizem, escrevem ou pensam os outros.

É Lucien Febvre (provavelmente mais conhecido de vocês do que de mim) quem diz: “Nada melhor, bem entendido, se cada um, praticando uma especialização legítima, cultivando laboriosamente seu jardim, se esforçasse, todavia, por seguir a obra do vizinho. Mas os muros são tão altos que muitas vezes tapam a vista. Entretanto, quantas sugestões preciosas sobre o método e sobre a interpretação dos fatos, que lucros em cultura, que progresso na intuição nasceriam entre esses diversos grupos de intercâmbio intelectuais mais freqüentes!”²

Assim sendo, mesmo que no princípio o desafio possa parecer maior do que nossas habilidades e os resultados frustrantes em relação às expectativas, temos de enfrentar a tarefa do diálogo. Embora de modo incerto, ainda cheio de obscuridades e equívocos, tropeçando, ensaiando e errando para, então, talvez acertar, o mais importante é que, com isso, estamos abrindo caminho

para os que virão depois, aumentando a chance de que eles se ajustem e sintomizem melhor do que nós.

Isso, que já se propõe para qualquer uma das áreas das ciências humanas, torna-se proeminente quando nos referimos à história. Em qualquer campo de investigação em que estejamos situados, existe uma casa que não se pode deixar de buscar. Mesmo quando pensamos estar longe dela, estamos sempre, de uma forma ou de outra, olhando através de sua janela. Essa casa é a casa da história. Não há produto humano que não passe por ela. Nessa medida, de um lado, sem negar ou diminuir o valor das teorias e dos métodos que vocês historiadores evidentemente têm e que são especificamente seus, o historiador é, por natureza, o anti-especialista ou aquele cujo trabalho perpassa todos os outros. De outro lado, qualquer que seja a área de especialidade de qualquer investigador, ele também tem de ser, mesmo sem o querer, um pouco historiador.

Minha intimidade (para não dizer especialidade) com a literatura e as necessárias incursões através da sua história levaram-me a crer (e desse ponto de vista qualquer um de meus colegas deve provavelmente compartilhar) que não se pode fazer história da literatura na ignorância das determinações internas à própria literatura. Trata-se de um campo ou esfera da produção humana que desenvolve leis, procedimentos, caminhos que lhe são específicos, criando uma natureza própria à literatura que não pode ser desprezada senão às custas de uma visão empobrecedora e estéril. Não se pode falar de uma história da literatura concebida como uma série de momentos descontínuos entre si e vinculados tão somente à sociedade da época. Contudo, do mesmo modo, não existe uma história da literatura que possa ser explicada exclusivamente através de uma lógica interna e imanente, à margem das modificações históricas e sociais.³ Conclusão: se, de um lado, a literatura tem suas regras, seus objetivos, sua linguagem interna, seu movimento, seus deslocamentos e suas rupturas particulares, além de uma temporalidade diferencial, por outro lado, o estudo dessa diferença não se constitui, digamos, não na história em si (porque isto já é óbvio), mas não se constitui nem mesmo numa história da literatura, uma vez que esta, em si mesma, não pode ser separada das outras histórias (econômica, política, cultural e social) que a rodeiam e com ela formam uma constelação.

Desconfio que isso que é válido para a literatura também o é para todas as outras esferas da produção humana: economia, política, direito, técnica, ciência, instituições, arte, costumes, religiões, etc. Isso enfatizo porque, tanto quanto posso ver, existe nos estudos chamados históricos um equívoco renitente que deve ser questionado. Para citarmos o caso que está mais próximo de nós, um especialista em literatura, por exemplo, ao se propor o estudo histórico da literatura, ciente das determinações internas de seu próprio campo de trabalho, traça as linhas temporais dessas determinações e, então, busca o que chama de dados efetivamente históricos num conjunto de fatores priorita-

riamente econômicos e políticos, julgando, com isso, ter completado o quadro histórico do objeto que tem sob sua mira. Em síntese: mesmo que não de forma declarada, existe um acordo tácito assumindo que o terreno privilegiado da história em si (alfa e ômega de todas as histórias) é o terreno do econômico e político. Ou seja, este é considerado o solo legítimo de todas as outras histórias e em relação ao qual todas essas outras histórias não passam de epifenômenos históricos.

Sem negar a célebre sobre-determinação ou determinação em última instância do econômico e do político sobre todas as outras espécies e formas de produções humanas, a ênfase exacerbada no econômico e político não parece ser senão fruto da necessidade de se encontrar (por motivos de segurança íntima do historiador) um solo monolítico que, ao mesmo tempo que sirva de apoio sólido, sirva também para ocultar a incapacidade do historiador para enxergar a história como uma constelação de forças diferenciais que se acotovelam, se chocam, se misturam, se harmonizam e se contradizem. Enfim, não há uma história, há múltiplas histórias que correm no horizonte do tempo e que, em cada instante desse tempo, criam configurações pluridimensionais de modo que aquilo que chamamos de história não é senão a busca sempre almejada de uma unidade (que deve haver, mesmo que provisória) na diversidade sempre inatingível dos fenômenos.

Em síntese: o historiador é o anti-especialista, ou o especialista do diverso, aquele que trabalha no fogo cruzado das linhas de uma constelação. Nessa medida, não vejo como se tecer a história de qualquer atividade ou produção do homem sem o concurso do olhar de um historiador, ao mesmo tempo que não vejo a possibilidade de um trabalho eficaz por parte de um historiador sem o conhecimento das leis, procedimentos e vicissitudes internas a uma determinada esfera da produção humana que esteja sob sua mira.

Como se pode ver, evito deliberadamente pensar aqui a relação entre história e literatura estritamente no plano mais consensual de mero processo de documentação mútua. Isto é: a literatura servindo como armazenamento de dados para o historiador, e os documentos históricos servindo como materiais para consulta do escritor. Embora essa questão, por si só, já seja suficiente para suscitar complexos problemas, quero pensar a relação entre história e literatura num patamar um pouco mais abstrato na esperança de que essa abstração seja capaz de iluminar tarefas concretas.

Em relação à questão que vimos de levantar, isto é, da visão tirânica das histórias econômica e política em detrimento das múltiplas relações e mediações que se entrecruzam no território da cultura, considero que a minimização desse território não é devida a uma minimização real, mas a uma carência de teorias que dêem conta dos fenômenos culturais de maneira consistente de modo a evidenciar o caráter não meramente ideal (no sentido de produção de idéias), mas também material de seus produtos.

Antes de focalizar, portanto, a questão mais específica das classes sociais na relação da história e literatura, quero fazer menção a um trabalho de reflexão teórica que pode ser colocado a serviço de uma visão mais rica e mais complexa da produção cultural, auxiliando não só a tarefa de um historiador, mas também a de um sociólogo ou qualquer outro especialista em qualquer um dos setores da produção cultural. Esse trabalho — cujo sub-título propõe uma *Introdução Crítica a uma Poética Sociológica* e cuja autoria cabe aos pensadores russos Medvedev e Bakhtin — foi publicado em 1928 na Rússia.⁴ Engolido, depois, pelas sombras dos expurgos stalinistas, o trabalho só voltou a aflorar no ocidente em fins dos anos setenta. Nessa medida, os problemas formulados nesse estudo não apenas continuam, principalmente no Brasil, naufragados no quase esquecimento, mas também as tarefas por ele propostas estão ainda tão embrionárias quanto estavam em 1928.

Sem trair as bases do materialismo histórico, mas partindo de uma redefinição altamente operacional do conceito de ideologia, os autores enfatizam a necessidade de um esforço para se repensar o estudo da cultura através do que chamam de uma ciência das ideologias. Ampliando a noção de ideologia para além do limite estrito de falsa consciência, consideram como ideológica qualquer criação ou produção de cultura e reivindicam que o estudo das ideologias tem meios objetivos para se processar quando se considera que a ideologia não pode ser divorciada da realidade material das linguagens nas quais a ideologia toma corpo. Nessa medida, na materialidade mesma das linguagens e de seus meios de produção, os autores resgatam o aspecto material e histórico de qualquer fenômeno cultural e ideológico concreto.

Propõem como tarefas básicas a serem cumpridas por um estudo da cultura: primeiro, a preocupação com a individualidade qualitativa, os traços distintivos do material, formas e propósitos de cada área da criação ideológica. A especificidade da arte, literatura, ciência, técnica, ética, religião, meios de comunicação não pode ser ignorada sob pena de uma pasteurização geral que ignora que cada área tem sua própria linguagem, suas próprias formas, meios, recursos para aquela linguagem, assim como suas próprias leis específicas para a refração ideológica de uma realidade comum. Nessa medida, embora a especificidade de cada uma dessas áreas naturalmente não deva obscurecer sua unidade ideológica como superestruturas de uma base comum, também não deve ser absolutamente o caminho dos estudos da cultura nivelar essas linguagens, ocultando sua pluralidade essencial.

Segunda tarefa: a preocupação com as características e formas de intercurso social através das quais o sentido dessas linguagens se realiza. Terceira tarefa: o estudo dos modos pelos quais se dá a reflexão e a refração da realidade nos produtos ideológicos, isto é, a que interesses no jogo das lutas entre agentes coletivos, ou melhor, na luta de classes, esses produtos se prestam.

Evidentemente, são muitos os problemas que estão aí implicados e que fomos saltando nesta nossa síntese lacunar. De qualquer modo, ela parece servir aos propósitos de se evidenciar, no que toca a qualquer esfera cultural e à literatura, por exemplo, que seu significado é inseparável de todos os detalhes de seu corpo material; que produtos ideológicos diversos têm funções diferentes dentro de uma mesma sociedade histórica; que o papel da literatura não pode ser reduzido ao de mero auxiliar no reflexo de outras áreas ideológicas. Ela tem seu próprio papel ideológico e seu próprio tipo de refração da existência sócio-econômica. Enfim, o território da cultura é um jogo intrincado de espelhamentos mútuos e de mediações múltiplas que tornam infinitamente complexa a noção de produção cultural como reflexo da base econômica e das forças políticas que se digladiam em sociedades de classe.

Visto que já dediquei, em outros trabalhos⁵, reflexões mais detalhadas a respeito das propostas de Medvedev-Bakhtin, tentarei afunilar, conforme nos foi sugerido, a relação da história com a literatura na questão das classes sociais. Não obstante essa questão esteja prevista e incorporada nas formulações de Medvedev, mencionar as classes sociais é como que se pôr o dedo na ferida de uma carência. Ou seja: estamos também carentes de uma teoria de classes que dê conta dos inúmeros estratos de classe que o capitalismo contemporâneo produziu, isto é, da densa urdidura das frações, sub-frações, camadas e categorias internas às classes que compõem um campo de forças intrincado de cuja inteligibilidade não podemos nos furtar sob pena de uma simplificação desabusada dos polos antagônicos (burguesia/proletariado) que, embora reais, não podem mais nos ajudar a enxergar o tecido interno das contradições que permeiam esses polos e que são fundamentais para a própria luta de classes. É justamente essa simplificação desabusada que tem levado muitos sociólogos e historiadores ao que eu chamaria de equívocos renitentes em relação à literatura e sua função, à posição do escritor e seu papel, equívocos estes que têm incidido ferozmente sobre a arte e literatura contemporâneas a partir de um desconhecimento de determinações que são próprias dessa contemporaneidade.

Sabemos, é certo, que toda a literatura (para ficarmos no ocidente), desde os gregos, foi produzida em sociedades de classe. Desse modo, essa produção sempre esteve sob o jugo e à mercê das apropriações econômicas políticas e ideológicas das classes dominantes. Sem deixar de me desculpar pela generalização das diferenças reais numa generalidade abstrata, posso aqui afirmar que, até o século XIX, não obstante a diferença das sociedades de classe que vão da escravocrata à feudal e até à capitalista, havia, por assim dizer, uma unidade ideológica em cada uma delas, uma hegemonia inquestionável na visão de mundo que colocava o artista dentro de uma posição relativamente cômoda. Do século XIX para cá, no entanto, embora a hege-

monia burguesa continue operante, o ideal de universalidade tão caro a essa ideologia se estilhaçou. O artista e o escritor, mesmo quando imersos dos quadros da classe burgueses, passam a enfrentar a dimensão trágica de seu papel na sociedade, na história e, conseqüentemente, na luta de classes.

Com o nascimento do capitalismo moderno, nas ruínas definitivas das ilusões do liberalismo, na evidenciação da sociedade como arena da luta entre classes inimigas, é a própria burguesia que é lançada numa situação histórica nova. Conforme nos diz Barthes, “até então era a própria ideologia burguesa que dava a medida do universal, preenchendo-o sem contestação; o escritor burguês, único juiz da infelicidade dos outros homens, não tendo diante de si nenhum outrem para olhá-lo, não se via dilacerado entre sua condição social e sua vocação intelectual. Daí por diante, essa mesma ideologia só aparece como uma ideologia entre outras possíveis; o universal escapa-lhe, ela só pode ultrapassar-se condenando-se a si mesma; o escritor torna-se presa de uma ambigüidade, de vez que sua consciência já não lhe abrange exatamente a condição. Assim, nasce um trágico da literatura”.⁶

Diante da ruptura do universal, a tragédia do escritor pode grosseiramente ser resumida na questão: sobre quem e para quem escrevo? A história da literatura, desde o século passado, não tem sido senão a história múltipla dos meios e modos diferenciais encontrados por cada escritor particular para enfrentar essa questão. Uns escolheram o caminho do chamado engajamento que busca, através da voz do escritor, dar voz aos oprimidos. Outros optaram por uma voz quase inaudível, beirando o incomunicável, como grito de liberdade contra as amarras de qualquer ideologia. As respostas foram e são muitas e o quadro delas transcende qualquer possibilidade de síntese unitária.

De qualquer modo, o que o passado nos ensinou e o presente continua a ensinar é que, em sociedades de classe, embora não liberta da apropriação pelas classes dominantes, toda grande obra literária é aquela que nasce sonhando não servir a classe alguma, isto é, dedo apontando para a liberdade como necessidade. Ou conforme nos afirma Medvedev: “o fato vital é que o conteúdo essencial da literatura apenas reflete ideologias em geração”, o processo vivo daquilo que apenas germina no horizonte da criação ideológica.

Nessa medida, para o historiador, mais do que fatos empíricos ou documentos sobre aquilo que foi, o que a literatura pode oferecer é a pulsação daquilo que poderia ter sido e daquilo que ainda pode ser: o imaginário da história, as camadas que pulsam no inconsciente da história.

Esse, apenas um dos lados da questão. Há muitos outros, tais como os embates de forças entre a literatura e a indústria cultural nas suas relações

com as classes sociais, assim como a posição do escritor como produtor e, portanto, como trabalhador direto no território da cultura, condição cujo exame mais cuidadoso colocaria por terra todos os julgamentos miopes que continuam a rotular todos os artistas e escritores como burgueses “sine qua non”.

Estas questões, dada sua complexidade, ficam para uma outra ocasião. Prefiro, assim, finalizar estes “flashes” de reflexão através de uma breve chamada para um problema que não se pode deixar de mencionar, uma vez que toca muito de perto a relação história e literatura no ponto nodal das classes sociais. Trata-se aqui dos armazéns da história que o passado nos legou. No que diz respeito à arte e à literatura, por exemplo, a história fala pelo que cala, isto é, toda leitura passada das produções passadas foi uma leitura direcionada pela hegemonia da visão de mundo das classes dominantes. Nessa medida, o que o passado nos mostra de si mesmo é apenas aquilo que foi capaz de confirmar os valores da ideologia dominante, reprimindo e ocultando tudo aquilo que lhe foi adverso, ou seja, o diverso.

A questão, enfim, pode ser sintetizada na já conhecida denúncia de W. Benjamin: “Não há um único documento de cultura que não seja também um documento de barbárie. E a mesma barbárie que o afeta, também afeta o processo de sua transmissão de mão em mão”.⁷ Uma das mais lapidárias interpretações desta colocação de Benjamin foi formulada por Marilena Chaui, cujas palavras aqui transcrevemos: “o documento de cultura é também documento de barbárie, seja porque a cultura dominante se realiza a expensas da violência exercida sobre aqueles que a tornam possível, seja porque a cultura dominada fica exposta à barbárie do dominante, seja, enfim, porque a cultura dos dominados exprime a barbárie a que estão submetidos.”⁸

Não por acaso M. Bakhtin, este copérnico dos estudos literários, sonhou reescrever toda a história da literatura sob o ponto de vista dos dominados. Na impossibilidade de realização de tarefa tão ambiciosa e praticamente impossível, resta-nos a visão política da história — essa que foi elaborada por W. Benjamin na sua concepção da história como mônada e que pode ser expressa sinteticamente nesta citação: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo tal e como verdadeiramente tenha sido. Significa apoderar-se de uma recordação tal e como cintila no instante de um perigo. O que incumbe ao materialismo histórico é fixar uma imagem do passado tal e como se apresenta de improviso ao sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o patrimônio da tradição quanto os que a recebem. Em ambos os casos, é uma só e mesma coisa: prestar-se a ser instrumento da classe dominante. Em toda época, há que se tentar arrancar a tradição do conformismo que está a ponto de subjugá-la.

Em suma: para fazer história em cada instante do presente e diante do perigo que a espreita — isto é, o de ser mais um documento de barbárie — cum-

pre se impor como tarefa construir constelações presente-passado que apontem para aquilo que se impõe no poder-ser, ou seja, forças soterradas nas ruínas da história e que, a cada presente, temos de soerguer para que se convertam em dever-ser.

NOTAS

- ¹ Faço aqui uma paráfrase das palavras com que Antonio Arantes iniciou sua fala sobre cultura popular num seminário para professores de literatura. Cf.: “Pelo estudo dos Folhetos no contexto de sua Produção”, em *Arte em Revista* nº 3, ano 2, março de 1980, ed. Kairós, SP., p. 45.
- ² *Escritos sobre a História*, ed. Perspectiva, coleção Debates, p. 33.
- ³ Vasquez, A. S., apud cit. Lucia Santaella: *Arte & Cultura: equívocos do elitismo*, SP. Ed. Cortez, 1982, p. 97.
- ⁴ *The Formal Method in Literary Scholarship*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1978.
- ⁵ Cf. “Literatura e Ideologia”, in *Produção de Linguagem e Ideologia*, SP., ed. Cortez, 1980.
- ⁶ *O Grau Zero da Escrita*, SP., ed. Cultrix, 1971, p. 71.
- ⁷ *Tesis de Filosofía de la Historia*, in *Discursos Interrunpidos*, Madrid, Taurus, 1973.
- ⁸ “Cultura do Povo e Autoritarismo das Elites”, in *Cultura e Democracia*, SP, ed. Moderna, 1981, p. 44.
- ⁹ Op. cit., p. 180.